



CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL
QUIRIRI

Ata da Reunião da Comissão Executiva de Municipalização do
Licenciamento Ambiental do
Consórcio Intermunicipal Quiriri
Campo Alegre - Rio Negrinho
02/12/2014

Pauta:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atualização de informações sobre arranjo legal e possíveis cenários para a institucionalização de um sistema integrado de municipalização do licenciamento ambiental 2. Definição de agenda de trabalho;
Horário de Início:	11:00 horas
Horário de Término:	13:00 horas
Presentes:	<p>Alcides Groshkopf – Prefeito de RN gabinete@rionegrinho.sc.gov.br Rubens Blaszkowski – Prefeito de CA gabinete@campoalegre.sc.gov.br Guilherme Dallacosta – FACISC guilherme@dallacosta.adv.br Alini Masson – Dallacosta Advogados alini@dallacosta.adv.br Bruno Seefeld – PMCA engenheiro@campoalegre.sc.gov.br Lucilaine Schwarz – PMCA gabinete@campoalegre.sc.gov.br Juana Hinke Dobrochinski – PMCA imprensacampoalegre@gmail.com Eloah talisse Kresco – PMRN elaohkt@yahoo.com.br Leoni Fuerst (biol. SEPLAN Rio Negrinho/Consórcio Ambiental Quiriri) leoni@quiriri.com.br</p>
Item n. 1:	<p>✓ Atualização de informações sobre arranjo legal e possíveis cenários para a institucionalização de um sistema integrado de municipalização do licenciamento ambiental</p>
Assuntos Debatidos	<p>[Leoni] Abre os trabalhos comentando que a legitimação do modelo a ser seguido para implementação das ações é o objeto da reunião. Considera que a definição do modelo é que norteará as definições subsequentes. Sugere que o grau de participação do Quiriri deva ser decidido como prioridade. Faz um breve histórico do processo e passa a palavra a Guilherme.</p> <p>[Guilherme] comenta sobre a necessidade de definição do cenário de parceria a ser implementado (modelo) e o ordenamento de ações para dar materialidade à cooperação assumida por Campo Alegre e Rio Negrinho no melhor formato possível. Comenta que o CONSEMA tratará da matéria na próxima semana fortalecendo o entendimento adotado na região do Quiriri de trabalho consorciado na municipalização. Reforça que os modelos idealizados buscam otimizar a ação de forma mais econômica e factível. Passa a palavra a Alini.</p> <p>[Alini] apresenta dois modelos: um contemplando a composição de um quadro mínimo utilizando-se de aproveitamento de equipe técnica existente nas prefeituras e apenas suplementada pelo Quiriri. Neste modelo ocorre a transferência da análise técnica para o Quiriri (equipe suporte de análise composta com o compartilhamento de técnicos gratificados para tal função e contratação suplementar). Trata-se do consórcio de técnicos, onde, o protocolo é recebido pelo município, e encaminhado para o Consórcio para a análise do licenciamento, nesse modelo, a concessão da licença e a arrecadação de taxas fica por conta do município, que deverá repassar valores a título de rateio para o consórcio, a fim de manter o programa, e também a obrigação de consorciar técnicos municipais para atendimento das demandas do consórcio, os quais não necessitam de dedicação exclusiva para este fim. Outro modelo consiste na possibilidade de todo o processo ser realizado pelo CIQ com equipe própria uma vez que consórcios são entes jurídicos formais e legais e custos rateados entre os participantes. Nesse modelo ocorre a transferência para o consórcio público da obrigação pelo licenciamento. Nesse modelo o protocolo é feito pelo município e o processo encaminhado ao consórcio para que esse faça a análise e emita ou não a licença ambiental. As taxas podem ser arrecadadas pelo consórcio e utilizadas na manutenção do programa ou pelo município e repassada para o CIQ.</p> <p>[Leoni] lembra um terceiro modelo proposto originalmente com a formação de equipe mínima de técnicos no município, para atender as demandas. Nesse modelo o consórcio atuaria dando suporte aos municípios naquilo que fosse necessário, mas a responsabilidade do licenciamento ficaria a cargo do município.</p> <p>[Prefeito Rubens] Ressalta a importância da cooperação para efetivar o processo. Relata a dificuldade de estruturação da municipalização em municípios de pequeno porte.</p>

[Lucilaine] evidencia limites muito claros para essa materialidade como, por exemplo, o de folha de pagamento. Salienta que a compartilhamento de técnicos é outra dificuldade pela demanda de trabalhos já assumidos pelos técnicos locais.

[Prefeito Alcides] relata sua simpatia em compor uma equipe local no formato Fundação e pede uma análise sobre essa possibilidade.

[Guilherme] ressalta que trata-se do modelo local ideal; porém, mais oneroso com grande impacto de folha sendo inviável para a maioria dos municípios. Salienta que a ideia de compartilhamento com repasse das atribuições ao CIQ parece ser mais indicado possibilitando a divisão dos custos entre os participantes.

[Prefeito Rubens] questiona sobre a possibilidade de terceirização dos serviços de análise e Alini responde ser viável porém com algumas restrições, como por exemplo a fiscalização.

[Bruno] sugere que face a realidade local o melhor modelo seria a transferência da competência ao CIQ. Salienta também a importância do trabalho orientativo e de fiscalização.

[Lucilaine] reforça que é muito difícil escolher um modelo sem uma tábua de cálculo de custos de implantação.

[Leoni] Ressalta que estrategicamente para o CIQ é interessante o fomento à criação/estruturação de instituições municipais de meio ambiente assim como a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente, paritários e representativos e seus respectivos fundos municipais de meio ambiente e que o repasse da competência ao CIQ fragiliza um pouco essa prerrogativa.

[Juana] lembra que o CIQ também é uma estrutura do município.

[Leoni] Ressalta a importância de que cada municipalidade tenha uma estrutura mínima lembrando tratar-se de um importante instrumento de controle ambiental que deve estar sintonizado à rotina municipal para não caracterizar-se somente como um ato cartorial meramente documental. Lembra que a possibilidade de construção conjunta do Caminho Preparatório para o Licenciamento Ambiental Municipal já representa um grande avanço. Lembra que independente do modelo escolhido é necessário o entendimento de que trata-se de uma possibilidade de padronização de procedimentos visando o bem comum. Unificação do discurso! Sugere que, de acordo com a fala da secretária de administração de CA, Guilherme e Alini componham um estudo econômico dos dois modelos possíveis para auxiliar na decisão e argumentação dos prefeitos.

[Guilherme] assume a tarefa e reforça a importância da escolha estar pautada em modelo exequível, qualificado e transparente. Comenta que após essa definição deverá ser realizado o arranjo legal dos municípios necessários para a regulamentação do tema, a partir da definição de qual papel o CIQ realizará junto aos municípios. Previu a entrega dessa fase até fevereiro de 2015 estacando a necessidade de definição do modelo.

Decisões
Tomadas

[Guilherme e Alini] Compôr quadro comparativo de custos dos modelos;

Imagens



Coordenação Executiva do Consórcio Intermunicipal Quiriri